

## CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Maluá Münt Ribas<sup>1</sup>

*Universidade Federal da Paraíba - maluamunt@gmail.com*

Nielly Lima Barroso<sup>2</sup>

*Universidade Federal da Paraíba - nielly\_lb@hotmail.com*

Rejane Gomes Carvalho<sup>4</sup>

*Universidade Federal da Paraíba – rejanegcarvalho@yahoo.com.br*

### **Resumo:**

O objetivo principal do artigo é analisar o comportamento do mercado de trabalho quanto ao perfil da força de trabalho, emprego e rendimentos e as condições de sustentabilidade na geração de ocupações produtivas no semiárido paraibano. A investigação foi realizada a partir de pesquisa de dados secundários obtidos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Observou-se que os municípios mais dinâmicos economicamente no Estado da Paraíba, como João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo, possuem maior participação no Produto Interno Bruto e concentram o maior nível de emprego e renda no Estado. Por consequência, esses municípios também apresentam Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado do que o observado entre a maioria dos pequenos municípios localizados no semiárido da Paraíba. A pesquisa revelou forte concentração do emprego e da renda na microrregião de Joao Pessoa, seguido por Campina Grande, o que também indica a desigualdade que caracteriza a distribuição de riqueza no estado. Assim, o estudo sobre o comportamento do mercado de trabalho expõe a vulnerabilidade em que se encontra a população residente nos pequenos municípios, pois considera as diferenças locais no que diz respeito à formalização dos contratos de trabalho, rendimento e perfil dos trabalhadores. Em áreas com menor nível de atividade econômica, como é o caso de grande parte dos municípios paraibanos que se encontram no semiárido, a população está submetida a condições de trabalho precárias e com alto índice de informalidade, contribuindo com um cenário de privações e vulnerabilidade social devido ao baixo nível de renda. Para enfrentar esta problemática, torna-se importante estimular a criação de emprego e renda sustentáveis de modo a considerar as potencialidades e alternativas produtivas do semiárido a partir de investimentos e da criação de políticas públicas locais.

**Palavras-chave:** Desigualdade; Semiárido; Rendimento; Mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Autor.

<sup>2</sup>Co-autor.

<sup>4</sup> Orientadora.

## 1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender as características do mercado de trabalho e a desigualdade observada entre os municípios do semiárido da Paraíba no tocante a composição da força de trabalho, ocupações e rendimentos, uma vez que uma parcela considerável da população residente nos pequenos municípios está inserida em atividades produtivas pouco competitivas e com baixa remuneração, refletindo uma situação de vulnerabilidade social das condições de vida das pessoas de baixa renda.

O semiárido paraibano apresenta uma característica de atraso econômico, social e político, em parte, decorrente de deficiência hídrica e da reprodução de uma economia tradicional, o que contempla uma grande parcela da população rural em situação de pobreza. Além disso, contribuíram as condições históricas de definição da estrutura agrária que marcou o desenvolvimento da região com a expansão da pecuária para o interior e a presença de pequenas propriedades que caracterizam o minifúndio, marcado pelo trabalho familiar, pouco intensivo em capital e tecnologia. Na Paraíba, o território do semiárido é composto por 170 municípios e abrange 19 microrregiões. Embora represente, aproximadamente, 76% do território paraibano, a dinâmica entre esses municípios não se dá de forma homogênea.

De acordo com a Equipe de Contas Regionais do IDEME, o Produto Interno Bruto da Paraíba alcançou, em valores nominais, R\$ 52.936 bilhões no ano de 2014 e registrou um crescimento nominal de 14,1% em relação ao ano anterior. Os municípios com os maiores valores do PIB foram: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Patos, representando 58% do PIB estadual. Já os cinco menores valores do PIB foram registrados pelos municípios São José do Brejo do Cruz, Parari, Zabelê, Areia de Baraúna e Coxixola, com participação de 0,3%. Nesse mesmo ano, o PIB *per capita* médio dos cinco municípios com maior valor de PIB totalizou R\$ 20.957, enquanto que a média dos cinco menores foi de R\$ 7.547. Vale ressaltar que os cinco menores municípios estão localizados no semiárido, enquanto dos cinco maiores, apenas Campina Grande e Patos estão inseridos nessa região.

A desigualdade entre os municípios também pode ser observada a partir do Índice de Desenvolvimento Humano<sup>2</sup>. Os municípios com maior participação do PIB da Paraíba, como João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo, registraram um desempenho mais alto em 2010,

---

<sup>2</sup> O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) tem o objetivo de medir a grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população, considerando as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda. O cálculo é realizado a partir das informações dos três últimos censos do IBGE – 1991, 2000 e 2010.

ocupando posições acima de 0,70, enquanto os cinco municípios com menor participação no PIB registraram níveis de desenvolvimento baixo e médio, a exemplo do município de Areia de Baraúna, que registrou o IDHM mais baixo (0,56), de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Portanto, o conhecimento da realidade econômica-social de uma região é de fundamental importância para que se haja o debate de alternativas para o enfrentamento de problemas que impossibilitam o seu desenvolvimento, além da necessidade de superação das relações precárias de trabalho. O trabalho investiga as configurações do mercado de trabalho paraibano, dando suporte ao que passa a população paraibana em termos de atividade econômica e trabalho para, a partir dessa base, promover a discussão para o uso mais adequado e racional das suas potencialidades

## **2. METODOLOGIA**

Com o intuito de investigar as características do mercado de trabalho no semiárido paraibano, o trabalho privilegiou os indicadores que permitissem construir o perfil das pessoas ocupadas no estado da Paraíba, as ocupações produtivas, os rendimentos e a contribuição para a previdência social. A análise desses indicadores possibilitou compreender como se comporta o mercado de trabalho no estado e quais as principais microrregiões que contribuem com a geração de emprego e renda.

Considerando que o estado da Paraíba apresenta dificuldades na geração de ocupações produtivas, principalmente, nos municípios de pequeno porte, é importante analisar as condições de sustentabilidade do mercado de trabalho no semiárido do estado, pois esta região apresenta déficits pluviométricos relevantes para manter a regularidade da produção agrícola, atividade marcante nesse território, e a manutenção das pessoas que sobrevivem dessa atividade, o que prejudica a produtividade do trabalho, a quantidade produzida, o valor dos produtos e a renda das pessoas. Desse modo, a análise dos indicadores tem como referência igualmente a situação socioeconômica do semiárido paraibano, sendo necessário um exame quantitativo, mas também crítico da situação do mercado de trabalho.

Para o levantamento dos indicadores econômicos e do mercado de trabalho, realizou-se uma pesquisa através de dados secundários obtidos a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os Censos Demográficos e a Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME/PB). Foram privilegiadas as fontes oficiais de dados para garantir a confiabilidade das informações, das análises e dos resultados encontrados para caracterizar as condições do mercado de trabalho no semiárido paraibano.

### 3. RESULTADOS

No ano de 2014, o PIB da Paraíba alcançou R\$ 52.936 bilhões, representando um crescimento nominal de 14,1% em relação ao ano anterior. Entre os municípios com os maiores valores do PIB, João Pessoa alcançou a primeira posição, atingindo um total de R\$17.462 bilhões, ou seja, 33% do PIB estadual, seguido de Campina Grande (R\$ 7.462 bilhões) e Cabedelo (R\$ 7.541.055). Embora o município de Patos tenha ocupado o último lugar no ranking, nesse mesmo ano apresentou uma taxa de crescimento nominal de 14%, obtendo um crescimento mais elevado que Cabedelo (13%) e Santa Rita (9%), como pode ser visto na Tabela 1.

**Tabela 1: PIB - municípios paraibanos selecionados (Maiores Valores) em 2013 e 2014 (mil R\$ e %)**

	2013		2014	
	PIB (R\$1.000)	Participação (%)	PIB (R\$1.000)	Participação (%)
<b>Paraíba</b>	<b>46.377.299</b>	<b>100</b>	<b>52.936.483</b>	<b>100</b>
João Pessoa	15.002.609	32	17.462.539	33
Campina Grande	6.574.105	14	7.541.055	14,2
Cabedelo	2.030.250	4	2.294.113	4,3
Santa Rita	1.905.403	4	2.079.084	3,9
Patos	1.155.462	2	1.322.958	2,5
<b>Subtotal</b>	<b>26.667.829</b>	<b>58</b>	<b>30.699.749</b>	<b>58</b>
<b>Outros</b>	<b>19.709.470</b>	<b>42</b>	<b>22.236.734</b>	<b>42</b>

Fonte: Equipe de Contas Regionais – IDEME. 2017.

Em relação aos cinco municípios com os menores valores do PIB em 2014, São José do Brejo do Cruz apresentou o melhor desempenho, totalizando o R\$16.066 milhões, seguido de Parari (R\$16.066 milhões) e Zabelê (R\$15.199 milhões). Pode ser observado na Tabela 2 que a participação desses municípios não chega a 1% do PIB estadual.

**Tabela 2: PIB - municípios paraibanos selecionados (Menores Valores) em 2014  
(mil R\$ e %)**

	2013		2014	
	PIB (R\$1.000)	Participação (%)	PIB (R\$1.000)	Participação (%)
<b>Paraíba</b>	<b>46.377.299</b>	<b>100</b>	<b>52.936.483</b>	<b>100</b>
S. José do Brejo do Cruz	13.624	0,03	16.066	0,3
Parari	13.813	0,03	15.199	0,3
Zabelê	13.258	0,03	14.827	0,3
Areia de Baraúnas	13.103	0,03	14.544	0,3
Coxixola	12.839	0,03	13.749	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>66.637</b>	<b>0,2</b>	<b>74.386</b>	<b>2</b>
<b>Outros 218 municípios</b>	<b>46.310.662</b>	<b>99,9</b>	<b>52.862.097</b>	<b>99</b>

Fonte: Equipe de Contas Regionais – IDEME. 2017.

O comportamento do PIB entre esses municípios revela acentuada desigualdade do nível de atividade econômica e, por consequência, uma forte concentração de renda. Nos pequenos municípios é comum a prática da agricultura de subsistência e da economia colaborativa, de forma que, o desempenho contido do PIB nesses municípios é apenas reflexo de uma produção de baixo valor agregado e um mercado de trabalho com baixa produtividade. Nesse contexto, concentrar a análise sobre esses dados, pode ocultar aspectos relevantes a situação socioeconômica da região, pois não mensura os ganhos na qualidade de vida, apenas reflete os níveis de produção.

No intuito de melhor captar essas nuances, observou-se o comportamento do Índice de Desenvolvimento Humano entre os municípios com maiores e menores valores de PIB. Com base nos dados censitários, este índice permite analisar o desenvolvimento entre os municípios de forma desagregada, a saber: renda, longevidade e educação, como seguem na Tabela 3.

O IDHM médio entre os cinco municípios com maiores PIB's apresentou, em 2010, um alto desempenho de 0,733. Nesse mesmo ano, o município que registrou o maior nível de desenvolvimento foi João Pessoa (0,763), seguido de Cabedelo (0,748) e Campina Grande (0,72). Já o desempenho médio dos cinco municípios com os menores PIB's foi classificado com um desempenho fraco. Esse resultado se deu pelo baixo nível de IDHM nos municípios de Areia de Baraúnas (0,562), seguido de São José do Brejo do Cruz (0,581) e Parari (0,584). Vale ressaltar que os municípios de Zabelê e Coxixola apresentaram um nível médio de desenvolvimento.

**Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios paraibanos com maior e menor PIB em 2010**

	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
<b>5 +</b>	<b>0,733</b>	<b>0,73025</b>	<b>0,82175</b>	<b>0,6565</b>
João Pessoa	0,763	0,77	0,832	0,693
Campina Grande	0,72	0,702	0,812	0,654
Cabedelo	0,748	0,782	0,822	0,651
Patos	0,701	0,667	0,821	0,628
<b>5 -</b>	<b>0,5982</b>	<b>0,5674</b>	<b>0,7416</b>	<b>0,5112</b>
São José do Brejo do Cruz	0,581	0,535	0,776	0,473
Parari	0,584	0,583	0,733	0,467
Zabelê	0,623	0,567	0,725	0,587
Areia de Baraúnas	0,562	0,566	0,68	0,462
Coxixola	0,641	0,586	0,794	0,567

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD. Elaboração própria, 2017.

Entre os pilares analisados no IDHM, o que mais apresentou desigualdade entre esses dois grupos foi o IDHM – Renda. Entre os cinco municípios com maiores PIB's, o IDHM – Renda médio foi de 0,73025, representando um desempenho alto. Nos municípios com PIB's menores, o índice alcançou 0,5674, ou seja, baixo desenvolvimento. Novamente se observa que o município de São José do Brejo do Cruz alcançou resultado inferior aos demais (0,535).

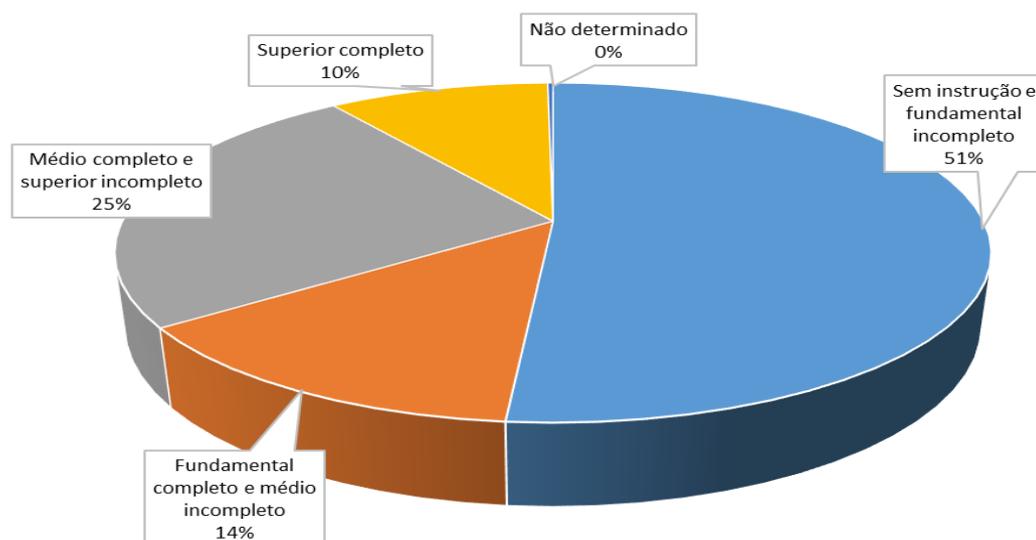
Contudo, o desempenho do IDHM – Longevidade nos municípios de menor PIB apresentou um alto desempenho. Considerando que esse indicador está diretamente relacionado à expectativa de vida da população, um bom desempenho é resultado de melhorias na área da saúde. O município com maior IDHM – Longevidade foi Coxixola (0,794), seguido de São José do Brejo do Cruz (0,776) e Pararí (0,733). O grupo com os municípios de maiores PIB's também apresentou ganhos no IDHM - Longevidade, com um resultado alto, tendo alcançado a marca de 0,8217. Nesse quesito, destacaram-se os municípios de João Pessoa (0,832), Cabedelo (0,822) e Patos (0,821).

Em relação ao IDHM - Educação, os cinco municípios com PIB's maiores registraram um médio nível de desenvolvimento (0,6565). Nesse ano, nenhum município do grupo atingiu um alto desempenho. Em relação aos municípios de menor PIB, registrou-se um baixo nível de desenvolvimento dado pelo desempenho muito baixo dos municípios Areia de Baraúnas (0,462), Pararí (0,467) e São José do Brejo do Cruz (0,473).

Em termos de níveis de instrução, ao analisar o Gráfico 1, constatou-se que no ano de 2010 metade da população paraibana não possuía instrução e/ou ensino fundamental completo (51%), cerca de 25% dessa população possuía ensino médio completo e

superior incompleto, 14% fundamental completo e ensino médio incompleto e que um pequeno percentual de trabalhadores possuía nível de ensino superior completo, apenas 10% das pessoas ocupadas atingiram esse nível. De modo geral, esses dados influenciam na qualificação da mão de obra paraibana, o que pode implicar em baixos salários ou em trabalhadores em condições de vulnerabilidade social e de renda.

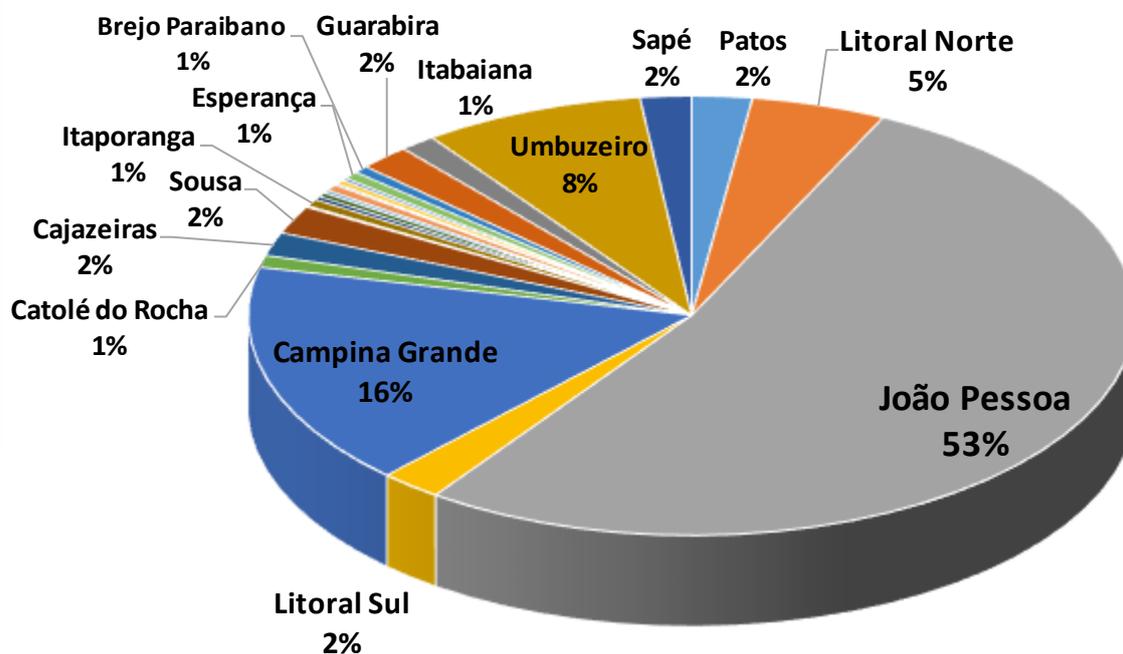
**Gráfico 1: Paraíba - Pessoa de 10 anos ou mais de idade ocupadas por nível de instrução em 2010 (%)**



Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE. Elaboração própria, 2017.

No que se diz respeito as admissões do emprego formal, o Gráfico 2 nos traz a participação de cada microrregião na composição do emprego para o ano de 2016. A distribuição das admissões entre as microrregiões varia intensamente, sendo que João pessoa detêm a maior parcela, com 53%, seguido por Campina Grande (16%), Umbuzeiro (8%) e Litoral Norte (5%). As demais áreas possuem um comportamento semelhante, muito pouco significativo, que juntas formam 17%. Em parte, este padrão está associado à própria dinâmica econômica e populacional do estado da Paraíba. O município de João Pessoa é a capital e é onde se gera a maior parte da riqueza do Estado, seguido por Campina Grande. Logo, apresentam-se com maior fatia nessa distribuição das admissões no emprego formal e servem de atração para trabalhadores de outras cidades.

**Gráfico 2: Paraíba - participação por microrregião no total de admissões do emprego formal em 2016 (%)**



Fonte: Ministério do Trabalho. CAGED. Elaboração própria, 2017.

Em 2010, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, a agricultura representava o setor com maior expressão. Este absorvia 50% da força de trabalho paraibana, concentrando-se nas mesorregiões do Agreste, Borborema e no Sertão, com presença mais forte nas microrregiões de Umbuzeiro, Curimataú Oriental, Serra do Teixeira e Curimataú Ocidental. Além disso, 17% das pessoas estavam ocupadas no setor de Comércio, seguido por 3% em Administração pública, Educação (3%) e Construção (3%). Verificou-se, também, a presença marcante de pessoas na atividade de serviços domésticos, que teve um percentual significativo em todas as microrregiões, totalizando 3%. Nos dias atuais, observa-se um aumento e maior concentração de trabalhadores nas atividades dos setores de serviços e comércio em todas as microrregiões do Estado.

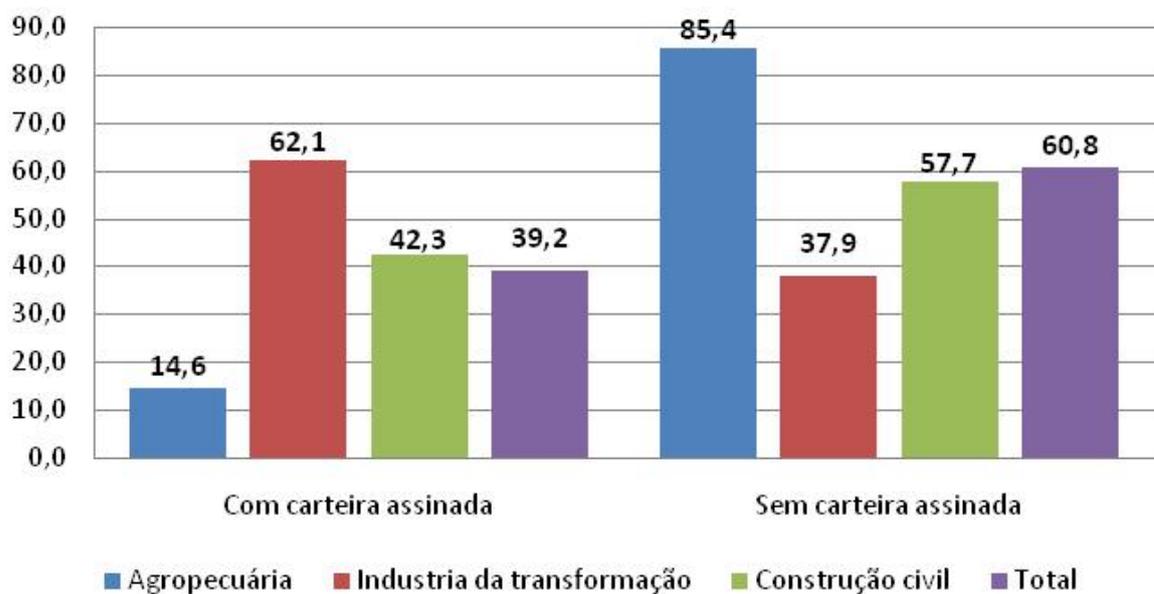
A distribuição dos empregos formais em 2015, com destaque para alguns municípios<sup>3</sup> do semiárido paraibano, a maior participação foi do setor de serviços (34%), seguido do comércio (24%), administração pública (19%) e indústria de transformação (16%). A agricultura obteve uma participação de 0,38% na criação dos empregos formais, superando

<sup>3</sup> Municípios selecionados: Cajazeiras, Campina Grande, Monteiro, Esperança, Patos, Sousa, Solânea, Pombal, Queimadas, São Bento.

apenas o setor da indústria extrativa mineral (0,15%), de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho/CAGED.

A participação reduzida da agricultura, também pode ser explicada pelo elevado grau de informalidade existente nesse setor. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, aproximadamente 85% dos trabalhadores da agropecuária não possuíam carteira de trabalho assinada, sendo o destaque entre todas as atividades sem carteira de trabalho assinada (60%), conforme as informações contidas no Gráfico 3.

**Gráfico 3: Participação do trabalho com e sem carteira de trabalho assinada em municípios selecionados\* do semiárido Paraibano em 2010 (%)**



\*Municípios: Campina Grande, Esperança, Monteiro, Patos, Pombal, Queimadas, São Bento, Solânea e Sousa.  
Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE. Elaboração própria, 2017.

No que diz respeito a remuneração dos trabalhadores residentes nos municípios que obtiveram o menor desempenho do PIB em 2014, a saber, Quixabá, Parari, São José do Brejo do Cruz, Zabelê e Coxixola, estima-se que a remuneração média fique em torno de 70% do rendimento médio dos cinco maiores municípios (João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Patos e Santa Rita). O rendimento médio da Indústria da transformação alcançou apenas 62% do rendimento dos cinco maiores municípios nessa atividade, representando a maior desigualdade entre os grupos, seguido da administração pública (63%) e serviços (64%). O rendimento médio da agropecuária, entre os cinco menores municípios, alcançou uma das proporções mais elevadas em relação ao rendimento médio dos cinco maiores municípios, atingindo 87% deste, ficando atrás apenas da construção civil (89%). Entretanto, esses dados não condizem com a realidade, visto que apenas 15% dos trabalhadores

dessa atividade possuem uma relação de trabalho formal, conforme a Tabela 4.

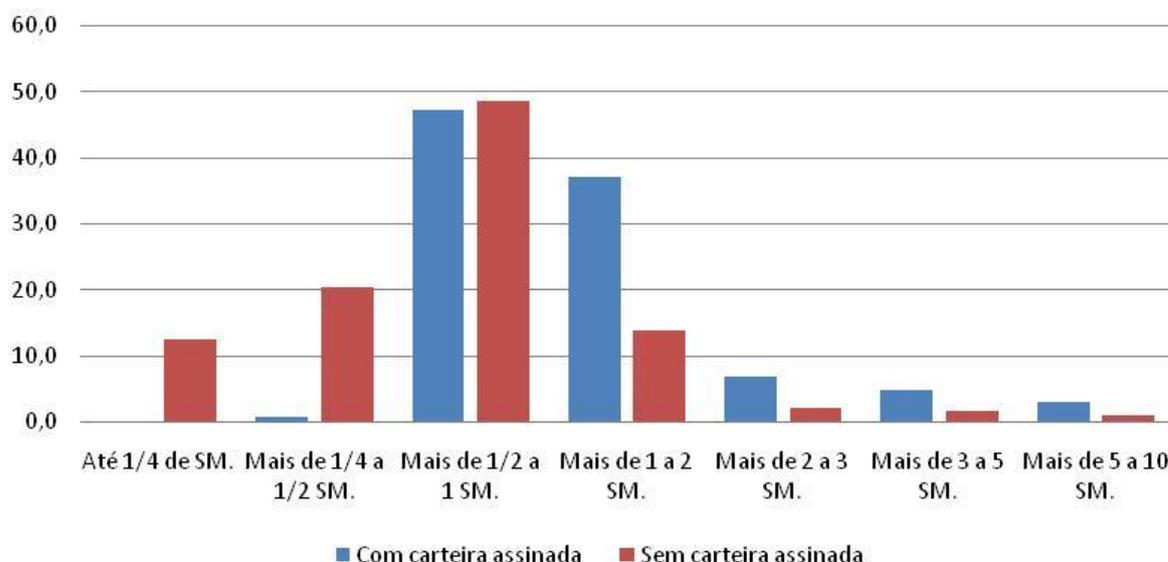
**Tabela 4: Remuneração média no trabalho formal, por setor produtivo dos cinco municípios com maior e menor PIB da Paraíba em 2015 (mil R\$)**

	Extrativa Mineral	Indústria da transformação	Construção civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
João Pessoa	1.667,36	1.574,50	1.535,77	1.394,54	2.676,36	2.708,76	1.747,23
Campina Grande	1.457,69	1.454,33	1.352,93	1.253,28	2.589,81	1.825,99	1.092,23
Cabedelo	3.980,35	1.647,40	1.610,82	1.681,96	1.745,32	3.832,73	786,08
Santa Rita	1.216,43	1.389,32	1.387,05	1.412,73	1.376,89	1.896,26	1.361,01
Patos	1.319,27	997,73	1.088,69	1.225,66	1.889,53	1.262,80	1.392,61
<b>5 +</b>	<b>1.928,22</b>	<b>1.412,66</b>	<b>1.395,05</b>	<b>1.393,63</b>	<b>2.055,58</b>	<b>2.305,31</b>	<b>1.275,83</b>
Quixabá	*	866,65	1.246,00	1.474,85	1.375,44	*	788
Pararí	*	*	*	1.084,01	1.974,62	1.084,65	*
São José do Brejo do Cruz	*	*	*	*	*	1.609,38	*
Zabelê	*	883	*	788	788	1.395,64	*
Coxixola	*	*	*	998,79	1.090,28	1.722,98	1.473,15
<b>5 -</b>	<b>*</b>	<b>874,83</b>	<b>1246,00</b>	<b>1086,41</b>	<b>1307,09</b>	<b>1453,16</b>	<b>1130,58</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo CAGED – MTE. 2017.

Tratando de outra dimensão do mercado de trabalho, a informalidade representa a possibilidade de precarização das relações de trabalho sob diversos aspectos, entre eles a dificuldade de renda estável e a não contribuição para o instituto de previdência. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, como pode ser observado no Gráfico 4, entre os

**Gráfico 4: Rendimento dos trabalhadores com e sem carteira assinada, por faixa salarial, municípios selecionados\* do Semiárido Paraibano em 2010 (%)**



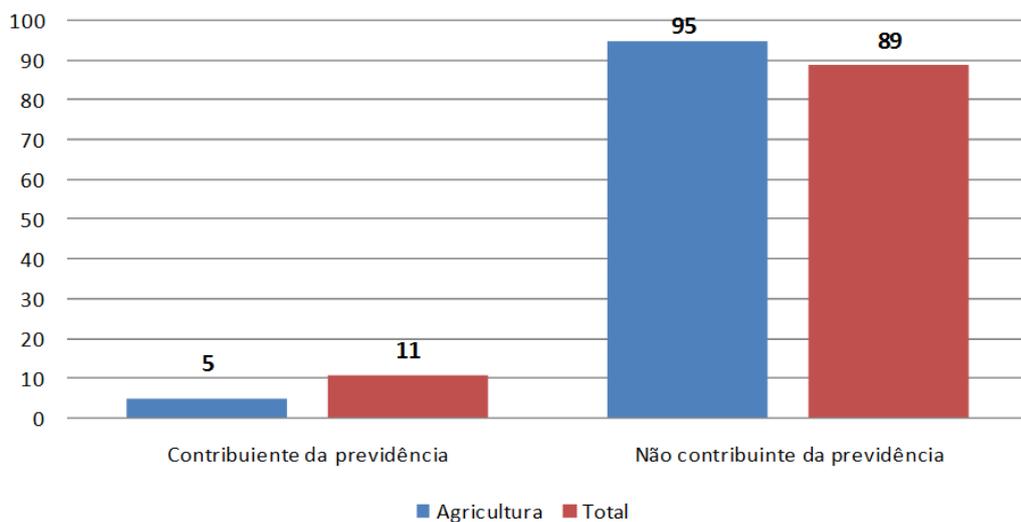
Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE. Elaboração própria, 2017.

\*Municípios: Campina Grande, Esperança, Monteiro, Patos, Pombal, Queimadas, São Bento, Solânea e Sousa.

trabalhadores com carteira de trabalho assinada nos principais municípios do semiárido, aproximadamente 84% recebiam de  $\frac{1}{2}$  a 2 salários mínimos<sup>4</sup>, enquanto daqueles sem carteira de trabalho assinada, aproximadamente 87% recebiam até 1 salário mínimo. Vale ressaltar a forte participação das faixas de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (20%) e até  $\frac{1}{4}$  de salário (12,6%).

Outro aspecto que chama atenção é a pequena participação da agricultura com trabalhadores sem carteira de trabalho assinada que contribuem com a previdência nos municípios em destaque, segundo os dados expostos no Gráfico 5.

**Gráfico 5: Trabalhadores sem carteira de trabalho assinada contribuintes ou não da previdência na agricultura e total em municípios\* do semiárido paraibano em 2010 (%)**



Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE. Elaboração própria, 2017.

\*Municípios: Campina Grande, Esperança, Monteiro, Patos, Pombal, Queimadas, São Bento, Solânea e Sousa.

Do total de trabalhadores nessa condição, apenas 5% contribui com a previdência, contra 95% que não contribui. Observa-se, também, que o percentual dos trabalhadores informais contribuintes da previdência, em todos os setores, é mais expressivo que na agricultura (11%).

#### 4. CONCLUSÃO

Observou-se que, embora o semiárido da Paraíba abranja uma área bastante significativa, em microrregiões com menor nível de atividade econômica os trabalhadores enfrentam as piores condições de trabalho, contribuindo com um cenário de privações e vulnerabilidade social devido ao baixo nível de rendimentos.

<sup>4</sup> Tem como referência o salário mínimo de 2010 que era R\$ 510,00.

Além disso, as condições naturais dificultam o desenvolvimento e a diversificação das atividades produtivas, apresentando baixa participação do setor industrial, de modo a concentrar as ocupações de trabalho em ramos tradicionais, principalmente, agricultura e administração pública, apresentando assim, fragilidades na criação de empregos, com baixo nível de instrução e baixos rendimentos. Há também ausência de uma gestão adequada na distribuição dos recursos, pois a maioria dos municípios está classificada com baixo desenvolvimento, indicando a precariedade da ocupação, o baixo nível de renda e a desigualdade na distribuição desta.

Dessa forma, se faz necessário o estímulo para a criação de emprego e renda sustentáveis, com investimentos em áreas estratégicas que promovam o aproveitamento das vocações produtivas naturais da região e a elevação do nível de instrução e da qualificação profissional da força de trabalho na região. Para tanto, o planejamento da gestão municipal e a criação de políticas públicas locais também é importante no apoio ao desenvolvimento das condições de sustentabilidade de emprego e renda no semiárido paraibano.

## 5. REFERÊNCIAS

CAGED/MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Ministério do trabalho. Disponível em: < <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default> > Obtido em: 20 de out. de 2017.

IBGE/Censos Demográficos - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>> Obtido em: 19 de out. de 2017.

IBGE/CIDADES - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250750&search=paraiba|infograficos:-historico>> Obtido em: 20 de out. de 2017.

IDEME/PB - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual/Paraíba. Disponível em: <<http://ideme.pb.gov.br/>> Obtido em: 18 de out. de 2017.

MOREIRA, E. e MOREIRA, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.

PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad> > Obtido em: 19 de out. de 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/atlas-dos-municipios.html> > Obtido em: 20 de out. de 2017.

RAIS/MTE - Relação Anual de Informações Sociais/ Ministério do trabalho. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default> > Obtido em: 20 de out. de 2017.